

CÉSAR AUGUSTO: ENTRE A REPÚBLICA E O IMPÉRIO

Sidney de Souza Barros¹

RESUMO

Este artigo visa demonstrar através da análise da vida e da persona de Augusto, o que aconteceu na República e na sociedade romana no final do século I a.C. e início do século I d.C. Período que os historiadores e pesquisadores descrevem, como: período de transição de República Romana para Império Romano. Onde grandes revoluções e guerras civis agrediram a sociedade romana e grandes nomes da história política-militar romana apareceram em ascensão ditatorial, contrapondo a tradição senatorial em declínio constante, subjugados à centralização de poder nas mãos de um só homem, o Imperador.

Palavras-chaves: César Augustus, República Romana, Império Romano

ABSTRACT

This article aims to demonstrate through the analysis of life and person of Augustus, what happened in the Republic and in the roman society at the end of first century B. C. and at the beginning of the first century A. D. Period that historians and researchers describe, as: The transition period of the Roman Republic to the Roman Empire. Where great revolutions and civil wars attacked the Roman society and great names of Roman history political - military appeared in dictatorial rise, opposing the senatorial tradition in steady decline, subjugated to the centralization of power in the hands of only one man, the Emperor.

Keywords: Caesar Augustus , Roman Republic , Roman Empire

Seria abrir uma lacuna se escrevermos neste recorte na história de Roma, sem atentarmos sobre os chefes militares de grandes posições e conquistas, como: Cneu Pompeu Magno e Caio Júlio César, líderes que antecederam Augusto, cujo respeito e admiração Augusto lhes conferiu posteriormente. Militares que contribuíram para expansão territorial de Roma, contribuições que ajudaram Roma a exercer a hegemonia política-militar duradoura em séculos e séculos posteriores. Tais homens

¹ Professor Especialista em História Antiga e Medieval pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Pesquisador do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ); Orientando da Prof^a Dr^a Maria Regina Cândido.

“admiravam” a República, e através deles e de seus poderes militares, conseguiram a entrada e permanência de seus nomes, na “admirável República Romana”, fazendo assim, com que o Senado romano perdesse gradativamente seu poder de intervenção nas decisões do Estado Romano.

Cneu Pompeu Magno, chefe-militar romano que ao voltar de uma vitória brilhante na Sicília e África, recebeu o nome de “o Grande” (Magnus) e a honra da marcha triunfal² com que eram recebidos os heróis. Depois de tanta resistência do Senado em oposição as aspirações de militares no magistrado romano, tiveram que ceder, Pompeu e Crasso foram cônsules em 70 a.C. Pompeu recebeu o controle total e absoluto sobre todo o leste, por período ilimitado. Formou com César e Crasso o que ficou conhecido como Primeiro Triunvirato. Crasso posteriormente desapareceu do cenário político romano para sempre, foi derrotado na Síria contra os partos, na batalha de Carras. Pompeu ficou em Roma e César em campanha militar nas Gálias, essa divisão fez com que o Senado e Pompeu comesçassem a ver com receio a volta de César, pois César era abertamente contra o Senado e recusara-se a reconhecer limitações constitucionais³.

Segundo Rostovtzeff, foram feitos, portanto, todos os esforços para afastar Pompeu de César. Durante muito tempo o primeiro hesitou, quando finalmente em janeiro de 49 a.C. Pompeu decidiu-se pelo rompimento. Assim, no outono de 49 a. C. o plano de campanha de Pompeu, embora excelente, não teve êxito. Seu fracasso foi provocado principalmente pela surpreendente atividade, rapidez e decisão de seu rival. Os movimentos de Pompeu eram lentos e dificultados pela presença de grande número de senadores em seu quartel-general. Sitiado em Farsalos, Pompeu foi

² Essa distinção com relação a marcha triunfal era ilegal por duas razões: Pompeu não era magistrado e por tanto não tinha direito a ela; e em segundo porque tal homenagem só era concedida ao general vencedor do inimigo estrangeiro numa “guerra justa” (bellum iustum), mas o extermínio mútuo de cidadãos não constituía guerra e não era como tal reconhecido pela lei. (M.Rostovtzeff, 1983, p.121)

³ César foi o primeiro a introduzir na vida pública romana o princípio de que o mesmo homem pode ocupar simultaneamente vários cargos. Essa grande concentração de poderes diversos, acompanhada de uma longa lista de títulos honoríficos nem sempre adequados, criou para César uma posição inteiramente excepcional no Estado.

completamente derrotado por César e, buscou refúgio e ajuda no Egito, cujo o rei, Ptolomeu XIV, muito lhe devia. Suas esperanças, porém, foram desiludidas: o rei, temendo complicações, mandou matá-lo à traição.

César depois de derrotar Pompeu na batalha de Farsalos, ficou soberano como ditador em Roma. César não se julgava preso ao seu passado democrata. Jamais pensou em restaurar o poder do Senado ou reconhecer a soberania da plebe romana. Seu poder supremo e incomensurável em relação a outros magistrados encontrou expressão no título de “ditador”, que usou por algum tempo, em 49 e 47 a.C., e que lhe foi conferido por dez anos pelo senado e o povo, em 46 a.C., prazo esse que no ano seguinte foi tornado vitalício. Não há dúvida de que o título de “ditador” era, no caso, máscara daquilo que os gregos chamavam “tirania”, e as nações do Oriente de “monarquia”.

Quando se organizou em 44 a.C. uma conspiração por um grupo de senadores, seu êxito foi sem dúvida accidental. Nos Idos (ou 15) de março do ano 44 a.C. César foi assassinado numa reunião do Senado por um grupo de conspiradores. Quem seria o sucessor de César? Ninguém pensava em Otávio, o rapaz de 19 anos que herdara a fortuna e o nome de César, e estava então com o exército em Ilíria.

Com a morte de César pelos senadores romanos, na Itália, os planos de Marco Antônio foram feitos em pedaços pelo aparecimento de Otávio. O jovem aceitara a posição de herdeiro com todas as obrigações que ela impunha e exigia que Marco Antônio repusesse o dinheiro que havia tomado do espólio de Júlio César. Exigia também, como Caio Júlio César Otaviano – nome que usava após sua adoção – uma participação no governo do Estado. Antônio rejeitou essas exigências e Otaviano foi forçado a mostrar de quanto era capaz na defesa de seus direitos. Se aliando ao Senado, contra Marco Antônio que tinha a ambição de tomar o lugar de Júlio César, Otaviano fez um acordo com o Senado e foi apoiado com entusiasmo por Marco Túlio Cícero, que se havia tornado o chefe do partido senatorial em Roma, e pensava estar

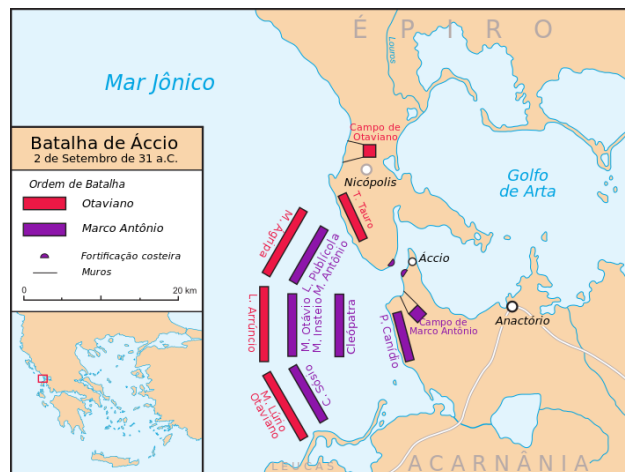
certo de conseguir com facilidade manipular e controlar Otaviano. “Cícero e seu grupo evidentemente acreditavam que após ajudá-lo a derrotar Marco Antônio, poderiam desfazer-se dele de uma forma ou outra. Cícero nem mesmo disfarçou sua intenção, e Otaviano pôde percebê-la”. (ROSTOVITZ, 1983, p.142)

Com o Senado recusando-lhe o consulado e percebendo ele que as verdadeiras intenções do Senado era a de usá-lo e depois descartá-lo, Augusto, fez com que o sonho do Senado, de governar a Itália, desaparecesse para sempre. O choque entre Otaviano e Antônio, que todos esperavam, não ocorreu, e os três líderes cesarianos, Marco Antônio, Marco Lépido e Otaviano, encontraram-se próximo de Bolonha, no Norte da Itália, e concluíram um acordo pelo qual os três se faziam comissários da organização do Estado, acordo este que ficou conhecido como o Segundo Triunvirato Romano, com poderes ilimitados. “E a partir de então que, com o levante dos exércitos, governou a República, a princípio com Marco Antônio e Marco Lépido, após, somente com Marco Antônio por mais ou menos uns doze anos e, por fim, sozinho, durante quarenta e quatro anos”. (SUETÔNIO, 2004, p.76)

O modo de agir de Otaviano antes de se tornar líder máximo do Império, é de uma autenticidade que podemos denominá-lo: impiedoso, austero e implacável. Comportamento tão radical que, hipoteticamente nos perguntamos sobre o que o levou a essas obstinadas decisões. Suas intenções eram econômicas e financeiras, por Roma estar passando por séria crise pós-guerra civil, e então, conquistando o Egito e o anexando à Roma, resolveria assim seus problemas financeiros e econômicos? Ao analisarmos essas questões, vimos que ambas se entrelaçam, e com isso, todas fazem parte da meta ambiciosa da conquista de Otaviano.

Otaviano aproveitou-se ao máximo dos erros e fracassos do adversário. Engenhoso, tranquilo e persistente, procurou provar a Itália e a Roma que Marco Antônio era um miserável escravo de Cleópatra, homem sem desejo próprio e senso de honra, traidor dos ideais romanos, dos quais Otaviano se proclamava campeão.

Otaviano passou para o Senado e para o povo romano a hipótese que se Marco Antônio vencesse, Roma seria escravizada pelo Oriente, a Itália a uma província do Egito e o orgulho do conquistador seria substituído pela vergonha da derrota. A fim de provar suas afirmações, divulgou o testamento de Marco Antônio e parte da correspondência particular deste. Podemos ver que o tão “harmonioso” triunvirato se rompe, desencadeando um confronto direto entre Otaviano e Marco Antônio, o primeiro com o apoio do Senado e do povo romano, e o segundo, apoiado por suas legiões romanas e o exército egípcio sob seu comando, um enfrentamento que “Suetônio” relata como confronto “que durou até tarde” e ficou conhecido como Batalha do Âncio⁴ (Áccio).



(Mapa. Batalha do Áccio, <http://pt.wikipedia.org/wiki/MarcoVips%C3%A2nioAgripa>)

Diante de tal conquista, podemos responder nossos questionamentos com relação as intenções de Otaviano, analisando o desencadeamento deste confronto direto, como um comportamento: dúbio, dissimulado, impiedoso e resolutivo.

⁴ Sitiou Alexandria, onde Antônio se encontrava refugiado com Cleópatra, apossando-se da cidade. Antônio, então, tentou negociar uma paz tardia. Ele, porém, o constrangeu ao suicídio e o viu morto. Almejava, com todo ardor, guardar Cleópatra para o seu triunfo. Chegou até mesmo mandar vir psyllos (curandeiros da Síria ocidental) para chupar-lhe o veneno da ferida, pois, pensava que ela se tivesse suicidado fazendo-se morder por uma áspide. Permitiu a ambos uma sepultura comum e consentiu no acabamento do túmulo que eles mesmos haviam começado. (SUETÔNIO, 2004, p.82)

Otaviano persuadiu o Senado e o povo romano, que com a honra e a tradição, ambas ofendidas, se colocaram a favor dele e contra Marco Antônio. Onde até alguns soldados romanos de Marco Antônio passaram a lutar em favor de Augusto, pois, acreditaram que Marco Antônio tinha a intenção de transferir a capital do Império para o Egito, e subjugar o povo romano ao Egito. Nesse contexto podemos entender a estratégia de Otaviano, que conseguiu compreender de forma inteligente que o orgulho nacional da Itália foi despertado. Os cidadãos exigiam que o predomínio adquirido em longos anos de conflito lhes fosse reconhecido como direito. Otaviano derrotou Marco Antônio por que compreendeu a força desse sentimento nacional e dela se utilizou, comprometendo-se tacitamente a manter o predomínio político da Itália e as características essenciais da sociedade italiana.

Otaviano era agora o chefe absoluto do Estado romano, e seu direito de administrá-lo não sofreria contestações. Os primeiros dois anos que se seguiram ao término da guerra civil, foram dedicados por Otaviano à aprovação de certas medidas que julgava indispensáveis para o êxito de medidas posteriores mais drásticas. Mostrou imediatamente, porém, que não tinha a intenção de seguir as pegadas de César.

O objetivo de suas primeiras providências foi restabelecer as fileiras mais altas da sociedade romana e o corpo de cidadãos, bem como restaurar a própria cidade de Roma. Essa foi então sua tarefa: combinar o poder militar herdado dos predecessores e indispensável à restauração e manutenção da paz, ordem e bom governo - combiná-lo com o desejo, energicamente, expresso dos cidadãos romanos e da Itália de manter sua posição privilegiada, se não no sentido político, pelo menos nas relações econômicas e sociais.

Otaviano consciente deste poder abastado em suas mãos, toma uma inteligente decisão: Não querendo se auto nomear “Imperador” – título que obteve do exército – e não se colocar em posição de soberano por si próprio, mediante o

Senado e povo romano, Otaviano devolve o poder para Senado, que se vê debilitado, pois as forças militares e políticas estavam voltadas e sob o comando de Otaviano. Essa situação fez com que o Senado de forma unânime concedesse a Otaviano novos poderes militares e administrativos. Tais poderes davam-lhe a posição de chefe do Senado e Primeiro Cidadão, ou Princeps, e naquele dia nascia a nova forma de governo que nós, segundo os próprios romanos, chamamos de “Principado”. Mas, embora conservando seus poderes extraordinários e seu título revolucionário, preferiu exercer o cargo de cônsul, para o qual foi eleito anualmente após 31 a.C. Governava o Estado em sua própria pessoa, mas agia através do Senado e da assembléia popular, que se reuniam nas épocas usuais para despachar os assuntos habituais.

No intuito de reconhecer status especial, em 27 a.C. concederam-lhe o título honorífico de Augustus (“favorecido pelos deuses”), o qual aceitou. E seus novos poderes eram descritos em termos conhecidos e respeitados pelos cidadãos, transmitindo a noção de que quase nada estava mudando. Ao verificarmos o modo com o qual Augusto começa a governar, podemos enquadrá-lo em uma linha de pensamento Weberiana⁵, no que compete a relação de dominante e dominados. Seduzidos pela figura heróica do dominador, o divinizam, e com essa autoridade carismática que lhe fora dada, o reconhecimento por parte dos dominados acaba por ser definida de forma totalizada e generalizada, ou seja, de forma unânime. Cooperando assim, com a construção do caráter do dominador.

Imbuídos neste conceito e “bebendo” desta fonte Weberiana, entendemos o porque de Augusto governar de forma benevolente, contrastando da forma impiedosa com que agiu antes de se tornar o “comandante-chefe do Império Romano”. É certo concordar com a historiografia, quando esta relata a questão do caráter de Augusto antes de ser denominado e agraciado com todas as honrarias que obteve

⁵ Dominação carismática em virtude de devoção afetiva à pessoa do senhor e aos seus dotes sobrenaturais (carisma) e, particularmente: a faculdades mágicas, revelações ou heroísmo, poder intelectual ou de oratória. O sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo que provocam constituem aqui a fonte da devoção pessoal. (WEBER, 1981, p.135)

posteriormente, de ter uma posição impiedosa e resoluto, pois, teve que agir assim para ganhar a confiança das legiões militares e mostrar ao Senado que esta resignação abrangeria poder.

Podemos ver que, depois da vitória sobre Marco Antônio, Augusto toma-se de uma mudança radical e estratégica, tornando-se agora um líder benevolente, trabalhando em prol da hegemonia romana e das benfeitorias que realizara ao longo do Principado e que exercera de forma esplêndida e com toda magnificência. A forma com a qual beneficiou o povo romano, através de somas em dinheiro que dava para plebe, dinheiro este, que retirava do próprio tesouro pessoal, (retratado em seus escritos o RES GESTAE DIVI AVGVSTI) criou-lhe uma fama de que certamente era figura indispensável para o Estado.

Augusto soube compreender as vantagens de sua posição. Sabemos que depois da guerra civil, era o homem bem mais sucedido e rico do Estado. Especulamos a forma com a qual conseguiu acumular para si uma colossal fortuna, supomos, pois os chefes revolucionários e escritores da época não observaram cuidadosamente este assunto, pois não se podia fazer “perguntas inconvenientes”, ao soberano do Estado Romano. Algumas das hipóteses que levantamos, é de que Augusto conseguiu o levantamento desta riqueza, depois que anexara o Egito a Roma como sua propriedade privada, mas sua riqueza conseguiu de forma contínua crescer em abundância mesmo depois desta anexação, através de legados de homens ricos que deixavam parte de seus bens, seja por admiração pessoal, seja para aumentar seus títulos de propriedade. No entanto, sabemos que o Senado recorreu ao tesouro de Augusto, mais de uma vez, para suprir despesas do Estado e muitas das vezes pessoais, onde Augusto sempre se colocou de maneira a ajudar⁶.

⁶ Paguei por cabeça à plebe romana, conforme o testamento de meu pai, trezentos sestércios, e em meu nome de quatrocentos sestércios provenientes dos despojos de guerra ao ser cônsul pela quinta vez; novamente cônsul, já pela décima vez, paguei por cabeça, de meu patrimônio, quatrocentos sestércios de doação; cônsul pela décima primeira vez, fiz à larga doze distribuições de trigo com grãos comprados por mim, e, investido da autoridade tribunicia pela décima segunda vez, dei por cabeça

Augusto certamente foi o administrador de todo o Estado Romano, papel que desenvolveu com êxito máximo. Em seu período de governo o “Principado”, Augusto trouxe a paz para Roma, que depois de um longo período de guerras civis, pôde conhecer através de Augusto um período que ficou conhecido como “Pax Romana” (Paz Romana). Suas províncias também estavam satisfeitas, pois Augusto coibira a arbitrariedade dos coletores de impostos e regularizando a cobrança e concedendo-lhes tempo para recuperação.

Tudo dependia do aval do Imperador, participava assiduamente de todas as reuniões do Senado, onde as questões aprovadas pelo Senado ficavam sob a tutela de Augusto. Esse poder limitado, dado ao Senado, fez com que Augusto exercesse com autonomia plena a administração do Estado. A autoridade de Augusto se baseava em parte na sua posição militar e no controle das rendas do Estado e em parte na popularidade que a Nova Constituição elaborada e corrigida por ele, tinha entre as massas. O Senado continuava a existir como supremo conselho de magistrados e, em particular do Imperador. Augusto o tratava com grande respeito. Todos os assuntos públicos importantes eram discutidos por ele, que controlava ainda a administração de certas províncias, cujos governadores eram senadores, bem como a maioria dos governadores das províncias imperiais. Augusto geralmente nomeava senadores⁷ para representá-lo, no interior e exterior, nas missões que lhe eram confiadas pelo Senado e pelo povo.

quatrocentas moedas. Essas minhas distribuições nunca chegaram a menos de duzentos e cinquenta mil homens. Investido da autoridade tribunicia pela décima oitava vez, e cônsul pela décima segunda, dei por cabeça a trezentos e vinte mil da plebe urbana sessenta denários. E, cônsul pela quinta vez, às colônias de meus soldados dei por cabeça mil moedas, oriundas de despojos; essa doação triunfal foi recebida nas colônias por cerca de cento e vinte mil homens. Cônsul pela décima vez dei sessenta denários à plebe, que então recebia do Estado os grãos; esse total perfazia um pouco mais de duzentos mil homens. (Res Gestae Divi Avgvsti, 2007, XV, pp. 131-132)

⁷ Somente os senadores podiam comandar as legiões. Seus filhos começavam o serviço militar não como soldados comuns, e sim como oficiais. Somente os membros das famílias de senadores podiam ser eleitos para as magistraturas romanas, e os lugares do Senado eram preenchidos principalmente por esses magistrados, quando se expirava seu mandato. (ROSTOVTZEFF, 1983, p. 175)

Sob sua administração, inúmeras construções foram feitas e incentivadas. A cidade de Roma de uma cidade de tijolos, passou à uma Roma de mármore. Ofereceu grandes espetáculos ao povo romano, onde não economizava em toda pompa festiva. Podemos ver que a vida voltara ao seu curso normal e as perspectivas para os cidadãos romanos residentes na Itália eram excelentes. Augusto proporcionava mediante a sua vontade aos membros das aristocracias provinciais, a possibilidade de obter a cidadania romana e de chegar até mesmo à classe eqüestre.

Notáveis foram seus feitos e suas realizações. Ampliou os limites do Império e guardou todas as fronteiras. No fim de sua vida Augusto era de fato o Administrador do Império Romano, o protetor e guardião de suas propriedades, e dono de uma incalculável riqueza, que a empregava deveras no Estado.

Augusto foi o soberano do Império Romano durante quarenta e um anos, governou com benevolência e de maneira honrosa, que, o Senado e o povo romano renderam-lhe todas as honrarias e títulos honoríficos possíveis, reconheciam que eram dependentes de seu Imperador e que sua figura era essencial para todo o Império.

O grande e magnífico governo de Augusto chega ao fim diante de uma enfermidade, que o compromete de exercer seus afazeres para com o Estado, mas até o último suspiro de vida se permaneceu lúcido, e deixou um grande legado de poder e riqueza para seus sucessores. Mas seu caráter e sua postura de indiscutível líder, nem todos os seus sucessores conseguiram alcançar. O sistema de governo que instituiu, a guarda pessoal que formou e deu o nome de “guarda pretoriana”, suas magníficas construções⁸, a forma pela qual administrou e protegeu a capital Roma e suas

⁸ Decretou que fossem construídos outros edifícios que não ostentavam seu nome, mas o de seus netos, sua mulher e sua irmã, com o pórtico e a basílica de Caio e Lúcio, os pórticos de Lúvia e Otávia e o teatro de Marcelo. Além disso, convidava também os principais cidadãos para adornarem a Cidade, de acordo com as posses de cada um, fosse com novos monumentos ou, então, por meio de reparos e ornamentações. Desta forma, foram construídos numerosos edifícios: como o templo de Hércules e das Musas, por Márcio Filipo; o templo de Diana por Lúcio Corníficio; o templo de Saturno por Munácio Planco; o vestíbulo da Liberdade por Asínio Polião; um teatro por Cornélio Balbo; um anfiteatro por Estatílio Tauro e diversos outros monumentos notáveis, por Marco Agripa. (SUETÔNIO, 2004, pp. 92-93)

províncias, fizeram parte deste grande legado que essa figura ilustre do cenário imperial romano deixou como contribuição para sua rica história.

Na volta, no entanto, agravando-se o seu estado de saúde, permaneceu acamado em Nola. Mandou chamar Tibério, conversou com ele secretamente, durante um longo tempo, e, desde então, não mais se interessou por nenhum negócio de importância. Estando no último dia de volta tentou informar-se, por diversas vezes, sobre se seu estado provocava tumulto lá fora. Solicitou um espelho, mandou pentear os cabelos e friccionar as faces, que estavam flácidas. Após, recebeu os amigos e lhes perguntou “se achavam que havia representado bem a farsa da vida” e juntou o final: “Se tudo correu bem, aplaudi a peça e batei palmas com prazer”. Após, despediu-se, e àqueles que provinham da cidade solicitava notícias da filha de Druso, que estava doente, quando, subitamente, desfaleceu nos braços de Lúvia, a quem falou: “Lúvia, lembra-te da nossa união: viva e seja feliz”. O destino lhe concedeu uma morte suave, tal qual sempre desejara: uma vez que sempre que ouvia dizer que alguém morreria rápido e sem padecimentos, almejava para si e para o seu igual “eutanásia”. Antes de entregar sua alma, não deu senão um único sinal de perturbação mental, em razão de um susto repentino: queixava-se que estava sendo arrebatado por quarenta rapazes. Esse fato foi, ainda, mais um presságio do que uma mostra de fraqueza do seu espírito, uma vez que foi este o número exato de soldados pretorianos que conduziram seu corpo em cortejo. Veio a falecer no mesmo quarto em que morreria seu pai, Otávio, sob o consulado dos dois Sextos, Pompeu e Apuléio, no décimo quarto dia das calendas de setembro, à nona hora do dia, faltando apenas trinta e cinco dias para completar sessenta e seis anos de idade. (SUETÔNIO, 2004, pp. 138-139)

O modo com o qual Augusto se empenhou em realmente viver para o Estado Romano, defendendo-o, sendo mantenedor da paz, o organizando de forma política, social, econômica e militar, fazendo com que o povo romano desempenhasse a hegemonia sobre os demais povos que constituíam os vastos limites do Império, garantiu-lhe a serenidade com que governou o Estado, fazendo com que a aristocracia

senatorial e o povo, o idolatrassem, de forma, que lhe concederam todos os títulos honoríficos possíveis em vida e até mesmo títulos póstumos. Augusto tornou-se figura a ser seguida, citada e estudada nos séculos posteriores, suas contribuições para o abastado poderio romano e forma de governo que fundou, foram de maneiras acentuadas, podemos assim dizer que Augusto é uma das personalidades mais importante da história romana e, ampliando mais, porque não falar da história da humanidade. Seu legado foi seguido por muitos, porém, poucos conseguiram alcançar tal êxito.



(Mapa, Limites do Império Romano durante o Principado de Augusto,
http://es.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9sar_Augusto#/media/File:Augusto_30aC_-_6dC_55%25CS_jpg.JPG)

Neste breve artigo podemos perceber que a situação política e social de Roma, em um período de mudanças através e sobre o qual nos debruçamos a analisar (44 a.C a 14 d.C), e dando certa atenção a mudança ou alteração de caráter de Otaviano Augusto, notamos uma crise política, onde a sociedade padecia por inúmeras guerras civis, travadas e começadas pela classe da aristocracia, que por questões militares e de cunhos pessoais, disputavam o poder hegemônico de Roma.

Ao analisarmos as fontes encontramos concordâncias, nos escritos de Suetônio, para com o que o próprio Augusto escreveu, e que fora colocado em duas

pilastras de bronze em Roma, e posteriormente espalhada por várias províncias do Império, onde relata seus feitos vitoriosos e administrativos bem sucedidos. Dando-nos um aspecto de mais segurança, e veracidade, no que queríamos investigar realmente.

Encontramos respostas para nossa questão sobre o caráter “ambíguo” e a “dual” personalidade de Otaviano Augusto, considerado pela historiografia e por uma parcela de historiadores como o primeiro Imperator do Império Romano e seus vastos limites.

A contribuição da bibliografia utilizada e analisada para nossa pesquisa foi de grande importância, pois através de uma análise minuciosa dos fatos sociais, políticos e militares que aconteceram na sociedade romana, conseguimos levantar, mesmo que de forma hipotética, as respostas de nosso tema proposto, onde o caráter de uma figura tão ilustre como Otaviano Augusto, se mostra de forma distinta, delineando assim o marco de uma nova forma de governo instituída e que a historiografia narra com que forma deslumbrante, Augusto, administra e concede a Roma um período abastado e de paz.

Conseguimos também definir o caráter austero e impiedoso de Otaviano, ao reclamar o que era seu por direito, e o porquê, desta forma resoluta e obstinada, com que agiu contra os que assassinaram seu pai, contra o Senado e depois contra Marco Antônio.

Observamos que até a Batalha do Áccio, seu comportamento se direcionou em mostrar para os seus legionários e para o povo romano, que era digno realmente de herdar tudo que seu pai, Júlio César, lhe deixara. A forma artilosa com que resolveu os problemas das guerras civis, lutando de forma espetacular com todos que assassinaram seu pai e posteriormente derrotando Marco Antônio e anexando as terras do Egito à Roma. Tudo isso fez parte de um “esquema” - se assim podemos

chamar – onde o seu significado e resultado, era de fato alcançar o poder absoluto do Império.

Quando percebemos a mudança do caráter de Augusto, ousamos de acordo com a documentação e a bibliografia utilizada, nos colocarmos de forma conclusiva, que Augusto se tornara uma pessoa benevolente, pois não tinha mais com quem lutar, e o poder do Estado Romano já estava em suas mãos. O Senado só poderia contar com ele, pois, todo o poderio militar estava sob seu comando. Augusto coloca-se de fato, como indispensável para o Senado e para o povo romano, onde, consciente desta dependência por parte do Estado, pode redirecionar seus olhos, mais amplamente e atenciosamente para Roma e sua sociedade, fazendo os reparos necessários, mantendo a segurança e a paz nas fronteiras provinciais e reconstruindo a cidade de Roma e sua sociedade, embora, muito maltratada pelos últimos acontecimentos.

Temos em Augusto, um líder inquestionável, onde a historiografia atesta-nos a veracidade da maneira com que administrou Roma, recebendo do Senado e de todo o povo romano honrarias e títulos honoríficos que podem nos dar as referências certas, da forma como era querido pelos romanos, reflexos certamente da maneira esplêndida com a qual exerceu seu período de governo, o que chamamos de *Principado Romano*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I – Documentação Textual

CAESAR AUGUSTUS, Res Gestae Divi Augusti (Feitos do Divino Augusto). Tradução de Matheus Trevisan e Antônio Martinez de Rezende. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

CAIO SUETÔNIO TRANQUÍLO, A vida dos Doze Césares, Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: MARTIN CLARET, 2004.

II – Bibliografia Geral

ALFOLDY, Geza. História Social de Roma. Tradução espanhola de Victor Alonso Troncoso, 1996.

CORASSIN, Maria Luiza. Comentários sobre o RES GESTAE Divi Avgvsti. In Joly. Fábio Duarte (Org.) História e Retórica: Ensaio sobre historiografia antiga. São Paulo: Alameda, 2007.

GRIMAL, Pierre. O século de Augustus. Tradução de Rui Miguel Oliveira Duarte. Lisboa: Edições 70, 2008.

M.ROSTOVITZ. História de Roma. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

MARTIN, Thomas R. Roma Antiga, de Rômulo a Justiniano. Tradução de Iuri Abreu. Porto Alegre: L&PM, 2014.

NOUBERT, Rouland. Roma, democracia impossível?. Os agentes do poder na urbe romana. Tradução de Ivo Martinazzo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro: GUANABARA, 1981.